

Minuta da Ata da 43ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 29/04/2008, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

**Membros Participantes:**

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Thelma Krug – Ministério do Meio Ambiente
3. André Odembreite Carvalho – Ministério das Relações Exteriores
4. Lindemberg de Lima Bezerra – Ministério da Fazenda
5. Marta Maria Marques Magalhães – Ministério dos Transportes
6. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
7. Marcel Stenner – Ministério da Fazenda

**Outros Participantes:**

1. Branca Bastos Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
4. Samira Sana F de Souza – Ministério de Minas e Energia
5. Paula Bennati – Ministério do Meio Ambiente
6. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
7. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
8. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
9. Gustavo Luedemann – Ministério da Ciência e Tecnologia
10. Wilkens Geraldês Filho – Operador Nacional do Sistema
11. Bruno Kerlakian Sabbag – Ministério da Ciência e Tecnologia
12. Mauro Meirelles de Oliveira Santos – Ministério da Ciência e Tecnologia
13. Sofia Shellard – Ministério da Ciência e Tecnologia
14. Josana de O. Lima – Ministério do Meio Ambiente

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingues Gonzalez Miguez, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

O Dr. Miguez apresentou à Comissão o Dr. Wilkens Geraldês Filho, do ONS, anunciando que, após reuniões do grupo de trabalho sobre fatores de emissão (GT), o ONS teria um parecer a respeito do assunto, a ser apresentado.

Os assuntos análise do ONS sobre a definição do Sistema Interligado Nacional (SIN) e conclusões do GT sobre a consulta pública foram tratados no início da reunião por terem influência sobre o trâmite de projetos a serem tratados.

## **1. Apresentação do ONS e assuntos relacionados ao Fator de Emissão do Sistema Interligado Nacional**

O Dr. Wilkens explicou que, apesar de haver ligações entre os subsistemas, os mesmos são tratados como submercados, pois há uma capacidade de transmissão que pode vir a restringir as trocas de energia. Acrescentou que essas restrições tendem a diminuir conforme a política de investimentos do governo no setor.

Foram identificados quatro subsistemas, Norte, Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste e Sul, e analisou-se a possibilidade de terem ou não restrições de transmissão entre si e, portanto, se poderiam ser tratados como um único subsistema.

Em sua apresentação, o Dr. Wilkens explicou que os critérios utilizados pelo ONS para identificar restrições significativas de transmissão, utilizando a metodologia ACM0002, foram: a) No caso de sistemas elétricos com mercados “spot”, que é o caso brasileiro, se existirem diferenças nos preços de eletricidade (sem custos de transmissão e distribuição) de mais de 5% entre os sistemas durante 60% ou mais das horas do ano; b) Se as linhas de transmissão operam a 90% ou mais que sua capacidade plena durante 90% ou mais das horas do ano.

A análise feita pelo ONS considerou inicialmente a possibilidade de se dividir o SIN em dois subsistemas: Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste. Os resultados mostram que esses subsistemas seriam viáveis, isto é, o subsistema Sul e o subsistema Sudeste/Centro-Oeste poderiam ser considerados como um único subsistema integrado, assim como os subsistemas Norte e Nordeste poderiam ser considerados como outro subsistema integrado.

O segundo passo foi verificar se os subsistemas Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste também poderiam ser considerados como um sistema único, sem restrições maiores que os permitidos pela metodologia em questão. Para a alternativa desse sistema único, foram avaliadas as diferenças de preço entre os subsistemas Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste, obtendo-se 60% das horas do ano com diferenças superiores a 5%, o que indica atendimento ao critério “a”. Em relação ao critério “b”, verificou-se que em apenas 70% do tempo houve restrição de transmissão nas interligações, indicando atendimento ao critério “b”.

O Dr. Wilkens citou a interligação Norte-Sul III, a ser implementada ainda este ano, que fortalece ainda mais a tese de sistema único.

A Dra. Laura Porto manifestou apreço pelo trabalho do ONS, e informou que o MME aprova o posicionamento por um único subsistema por acreditar na solidez do embasamento deste trabalho de longo prazo do ONS.

A Dra. Branca Americano, do MCT, informou que com um sistema único o fator de emissão do SIN ficará por volta de 0,3 t CO<sub>2</sub>/MWh, o que é apenas um pouco abaixo do que os proponentes de projeto da Região Sudeste gostariam, e que soluciona o isolamento do Nordeste, que resultaria em um fator de emissão muito baixo.

A Dra. Thelma Krug informou que o MMA não se opõe à decisão embasada pelo ONS e discutida pelo GT.

A Dra. Branca Americano esclareceu que os projetos já registrados terão os créditos certificados conforme o DCP aprovado, independente desta decisão da CIMGC.

O Dr. José Miguez acrescentou apenas que os proponentes com projetos já aprovados que optaram por um período de obtenção de créditos renovável, terão que refazer sua linha de base após o primeiro período. Esclareceu que, uma vez que a Secretaria Executiva aguardou por algum tempo para aprovar projetos utilizando a metodologia ACM0002 pleiteando um fator de emissão do SIN, não deverá haver projetos que estejam aprovados sem registro no Conselho Executivo até que seja publicado o fator de emissão considerado pela CIMGC. Desta maneira entende que não deverá haver problemas de registro com projetos aprovados anteriormente com fatores de emissão destoantes.

A CIMGC deliberou por adotar o sistema único, ficando o GT, especialmente o ONS, responsável calcular o valor determinado, considerando até o mês de março deste ano. O ONS deverá fornecer mensalmente um fator de emissão da rede que deverá ser revisado e adotado pela CIMGC, ficando a partir daí a Comissão responsável pela publicação deste fator. A minuta de resolução tratando do fator de emissão deverá ser discutida posteriormente.

A Dra. Branca Americano sugeriu que uma Nota Técnica seja elaborada pela Secretaria Executiva da CIMGC e circulada para os demais membros dessa Comissão com o objetivo de apresentar ao público externo as deliberações adotadas acerca do fator de emissão.

A Dra. Laura Porto sugeriu que se fizesse uma reunião extraordinária com o propósito de verificar o cálculo do fator de emissão e decidir sobre a sua publicação. Sugeriu que esta reunião se fizesse dentro de 20 dias, tempo necessário para que o ONS pudesse calcular o fator de emissão.

A Dra. Thelma Krug lembrou a importância da publicação no site da decisão da Comissão, independente da publicação do fator de emissão propriamente dito, com a finalidade de informar aos proponentes de projeto sobre o andamento do processo de definição do fator de emissão pela CIMGC, dando transparência a esse andamento.

## **2. Aprovação da Ata da 42ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.**

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra representante do Ministério da Fazenda destacou que o Dr. Marcel Stenner, seu suplente, já havia sido efetivamente nomeado na época da realização da 42ª reunião da CIMGC, entretanto, seu nome não constava da lista “Membros Participantes” e sim da lista “Outros Participantes”. Pediu que esta questão fosse corrigida.

O Dr. Mauro Meirelles representando o Ministério da Ciência e Tecnologia destacou que o projeto nº 110 “Goiasa” não constava da lista de projeto em revisão que não apresentaram resposta. Pediu que este ponto fosse corrigido.

Não havendo mais sugestões, a Ata da 42ª reunião foi aprovada conforme as modificações apresentadas.

### **3. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial**

#### Projetos em **revisão** cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

A Dra. Branca Americano informou que cinco projetos encontram-se em revisão, mas não responderam ainda aos ofícios enviados pela Secretaria Executiva da CIMGC:

- 110 – Projeto de Cogeração de com Bagaço Goiás
- 179 – Projeto de Energia Eólica Icarai
- 186 – Projeto de Hidrelétrica Baruíto
- 190 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto
- 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos

#### Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC:

- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS

A Dra. Branca Americano destacou que se trata de um projeto de substituição de uma termelétrica por uma linha de transmissão, informou ainda que existem 14 exigências, entre as quais, a da adicionalidade. Foi observado que a linha de transmissão destacada pelo projeto possui um porte significativamente superior à capacidade de geração da termelétrica que supostamente estaria sendo substituída, assim, as fronteiras do projeto não estão claramente estabelecidas.

Além das questões técnicas destacadas, a Dra. Branca Americano acrescentou que os proponentes do projeto não apresentaram cartas-convite a todos os atores regionais envolvidos, conforme determina a Resolução nº 07 da CIMGC. Assim, tendo em vista o exposto, sugere que o projeto permaneça em revisão.

O Dr. Mauro Meirelles sugeriu que, a fim de evitar que todo o processo de consulta pública da validação tenha que novamente ser realizado, declarações de concordância com o projeto sejam requisitadas dos atores regionais que não tenham sido consultados no processo usual. Dessa maneira, entende que um pronunciamento formal de concordância por parte do ator regional consultado, acerca do projeto MDL em questão, sanaria a deficiência do processo de consulta pública; entretanto, caso o pronunciamento indicasse questões a serem consideradas no projeto MDL, o processo de consulta pública da

validação deveria ser retomado em sua integralidade, a fim de considerar o questionamento apontado.

A CIMGC considerou satisfatória a solução proposta pelo representante do MCT.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do projeto Conexão à Rede do Sistema Isolado de Porto Murtinho – MS, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Indicar, no DCP/PDD, a data correta para início da atividade de projeto, conforme o esclarecimento do Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB: a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
2. Verificar a potência da UTE de Porto Murtinho, pois a mencionada no DCP (3,25 MW) não confere com a autorizada pela ANEEL (2.724 kW). A Usina Termelétrica de Porto Murtinho foi desativada em fevereiro de 2004 e o Despacho nº 270 de 30 de julho de 1999 foi revogado pelo Despacho nº 1.383, de 4 de abril de 2008, da ANEEL.
3. Esclarecer as fronteiras da atividade de projeto, pois estas não estão bem definidas, considerando que uma linha de transmissão com as características apresentadas poderia transportar mais de 100 MW, valor muito superior ao da UTE.
4. Alterar a data de início de obtenção de créditos, que não foi alterada nos documentos: DCP/PDD e Relatório de Validação, em inglês e português.
5. Corrigir a data da versão 4 do DCP no item 6 do Relatório de Validação, nas versões em português e inglês.
6. Revisar o Relatório de Validação em português, pois o mesmo continua apresentando partes em inglês (página 13).
7. Uma vez que não foram encaminhados a esta Comissão os Avisos de Recebimentos (ARs) das cartas enviadas à Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, Câmara de Vereadores de Porto Murtinho, FBOMS, e Associações Comunitárias, e a carta-convite endereçada ao órgão ambiental municipal de Porto Murtinho foi apresentada após o período de validação, refazer o processo de consulta, de forma que o envio dos convites aos atores locais afetados e/ou interessados seja anterior ao período aberto a comentários públicos no processo de validação. Os proponentes de projeto poderão optar por enviar a esta Comissão carta de cada um dos atores mencionados acima confirmando que foram comunicados sobre o projeto, mas que, eventualmente, não têm nada a questionar sobre ele.

#### ➤ 207 – Projeto de Co-geração – Santa Cruz S.A. – Açúcar e Alcool

A Dra. Branca Americano destacou que se trata de um projeto de melhoria de eficiência de uma usina de cana de açúcar e álcool, que se encontra em revisão na CIMGC. Após análise

do MCT, foram levantadas 10 exigências, dentre as quais a adequação da utilização do fator de emissão do sistema elétrico brasileiro e a correção de imprecisões nos cálculos apresentados de potência instalada e redução de emissões de gases de efeito estufa. Desse modo, o parecer do MCT indica que o projeto deve permanecer em revisão.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energias reforçou a informação de que os cálculos apresentados pelo proponente do projeto superestima a redução de emissões de gases de efeito estufa do projeto.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de Co-geração – Santa Cruz S.A. – Açúcar e Álcool, para o atendimento das seguintes exigências:

1. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 29 de abril de 2008, deliberou pela adoção de um único sistema para cálculo dos fatores de emissão de CO<sub>2</sub> para o Sistema Interligado Nacional – SIN a serem adotados nas atividades de projetos de MDL no Brasil. Está prevista uma reunião extraordinária da CIMGC para o dia 27 de maio de 2008, na qual deverá ser aprovada nova Resolução para oficializar tal decisão. A partir da publicação dessa Resolução no Diário Oficial da União, serão publicados na página do MCT na internet os fatores de emissão calculados para o sistema único, para os anos de 2006 e 2007 e para os meses de janeiro e fevereiro de 2008;
2. Corrigir, nas tabelas de números 1, 6 e 7 e nas tabelas não numeradas da seção B.6.3 do DCP/PDD, os valores apresentados, atentando para a proporcionalidade das contas em relação aos meses correspondentes à atividade de projeto;
3. Corrigir a potência do Gerador 3 para 1,2 MW, para que a soma confirme a potência informada de 61,4 MW, conforme a autorização da ANEEL;
4. Indicar o racional da Tabela 7 do Anexo 3 (dados das colunas), especificando a energia elétrica que a usina consumia antes e depois da implementação da atividade de projeto e quanto irá exportar após essa data, compatibilizando os valores com a planilha “Santa Cruz\_calculation CERs\_2007.11.24.xls”;
5. Atualizar o Relatório de Validação, para que seja referenciada a nova versão do DCP/PDD pedida;
6. Em referência à resposta à consideração 2 do Ofício MDL 329/2008/CIMGC, de 17/03/2008, corrigir, no DCP/PDD, a referência errônea aos papéis dos agentes do setor elétrico e esclarecer se há ou não barreira.

Projetos em **revisão** submetidos fora do prazo de 10 dias úteis estabelecido pelo artigo 03 da Resolução nº 05:

A Dra. Branca Americano destacou que esses projetos foram encaminhados em desconformidade com a resolução nº 05 no que diz respeito ao prazo de 10 dias úteis estabelecido pelo artigo 03, entretanto, ressaltou que a 43ª Reunião da CIMGC foi antecipada do dia 06 de maio para 29 de abril, assim, entende existir a possibilidade de alguns desenvolvedores de projeto terem sido pegos de surpresa e eventualmente encontrado dificuldades para atender ao prazo em questão.

Destaca ainda a importância de dar maior publicidade a alterações de datas na agenda da CIMGC no site, assim sugeriu que das próximas vezes que situações semelhantes venham a acontecer, um chamado seja incluído no campo “destaques” do site do MCT ressaltando tal alteração.

#### ➤ 200 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS

A Dra. Branca Americana destacou que o projeto ARS já havia sido apresentado à CIMGC e encontrava-se atualmente em revisão. Dentre as questões levantadas chama a atenção uma ata de reunião apresentada pelo proponente de projeto que aparentemente foge ao padrão usual das demais atas, além de não ter sido devidamente registrada em cartório, este documento é apresentado pelos proponentes do projeto a fim de comprovar a data de início da atividade de projeto para o MDL. Outra questão levantada diz respeito à adequação do fator de emissão da atividade de projeto. Desse modo, o parecer do MCT indica que o projeto deve permanecer em revisão.

A Secretária Dra. Thelma Krug, representante do Ministério do Meio Ambiente ressaltou que, com o objetivo de atender a exigência nº 04 encaminhada por meio do Ofício nº MDL 332/2008/CIMGC, o proponente do projeto encaminhou uma cópia do protocolo nº 17979/2008, de 14/01/2008 na Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Entretanto, não apresentou a posição oficial do órgão ambiental local acerca da questão. Desta maneira, entende que essa questão permanece não atendida e que o MMA tentará até o final da semana entrar em contato com o órgão ambiental competente para verificar a informação requisitada.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Esclarecer o fato de a ata não ter sido registrada em cartório.
2. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 29 de abril de 2008, deliberou pela adoção de um único sistema para cálculo dos fatores de emissão de CO<sub>2</sub> para o Sistema Interligado Nacional – SIN a serem adotados nas atividades de projetos de MDL no Brasil. Está prevista uma reunião extraordinária da CIMGC para o dia 27 de maio de 2008, na qual deverá ser aprovada nova Resolução para oficializar tal decisão. A partir da publicação dessa Resolução no Diário Oficial da União, serão publicados na página do MCT na internet os fatores de emissão calculados para o sistema único, para os anos de 2006 e 2007 e para os meses de janeiro e fevereiro de 2008.
3. Apresentar documentação contendo manifestação do Órgão Ambiental do Estado (SEMA) sobre o Ofício que os proponentes da atividade de projeto lhe enviaram, no qual se solicita a emissão de LI atualizada, constando a potência de 6,66 MW, em substituição à LI N° 1096/2007, tendo em vista que pedido foi encaminhado à SEMA no dia 14 de janeiro de 2008.

## ➤ 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II

A Dra. Branca Americano destacou que esse projeto foi submetido com uma versão de metodologia fora de validade, além de utilizar um cálculo do fator de emissão da rede incompatível com os valores oficiais. Desse modo, o parecer do MCT indica que o projeto deve permanecer em revisão.

A Sra. Henryette Patrice Cruz, representando o Ministério de Minas e Energia, destacou que o projeto em questão informa que o fator de emissão será inicialmente calculado como isolado e, posteriormente, no momento em que a PCH for conectada à rede, revisto. Apontou que esse procedimento está em desconformidade com as normas da metodologia aplicada e dever ser corrigido.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar o Documento de Concepção de Projeto e o Relatório de Validação, separando claramente os períodos em que as reduções de emissões serão avaliadas, usando o fator de emissão do sistema isolado para o período inicial e o fator de emissão do sistema interligado (vide parágrafo seguinte) para o período final. Em princípio, adotando-se um fator de emissão *ex-ante*, ele seria utilizado até o final do primeiro período de obtenção de créditos e só então seria reavaliado junto com a reavaliação da linha de base. No DCP deve constar de forma clara e diferenciada o cálculo da redução de emissões no sistema isolado e no sistema interligado. A Entidade Operacional Designada deve colocar de forma explícita no Relatório de Validação que a metodologia pode ser aplicada a esse caso.
2. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 29 de abril de 2008, deliberou pela adoção de um único sistema para cálculo dos fatores de emissão de CO<sub>2</sub> para o Sistema Interligado Nacional – SIN a serem adotados nas atividades de projetos de MDL no Brasil. Está prevista uma reunião extraordinária da CIMGC para o dia 27 de maio de 2008, na qual deverá ser aprovada nova Resolução para oficializar tal decisão. A partir da publicação dessa Resolução no Diário Oficial da União, serão publicados na página do MCT na internet os fatores de emissão calculados para o sistema único, para os anos de 2006 e 2007 e para os meses de janeiro e fevereiro de 2008.

### Projetos submetidos durante a última reunião:

## ➤ 208 – Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN4 Fosfertil Cubatão

O Dr. Mauro Meirelles informou que esse projeto é uma replicação de outro projeto já apresentado à CIMGC pela mesma empresa, o projeto PAN2, e envolve a destruição de óxido nitroso em uma unidade de produção de ácido adípico. Ressaltou que existem diferenças na eficiência da destruição do óxido nitroso entre o projeto PAN4 e o projeto



PAN2, apesar de ambos serem de porte similar e utilizarem os mesmos equipamentos. Destaca também que não foram apresentadas algumas planilhas importantes, bem como informações sobre como serão empregados os recursos oriundos da atividade de projeto, especialmente o modo como estes serão repartidos entre ações sociais e ações em benefício do meio ambiente. Sendo assim, pede que essas questões sejam esclarecidas.

A Secretária Dra. Thelma Krug informou que a licença de operação do projeto encontra-se vencida e deve ser substituída por outra válida.

A Dra. Branca Americana destacou que, do ponto de vista do MCT, a proposta é pela aprovação com ressalvas uma vez que o projeto está adotando medidas mais conservadoras.

A Comissão deliberou pela **aprovação** do Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN4 Fosfertil Cubatão, condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Explicar as diferentes eficiências de destruição do catalisador neste projeto e no projeto-irmão “Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN 2 Fosfertil Piaçagüera”, embora os equipamentos sejam do mesmo fornecedor e as fábricas sejam de porte semelhante;
2. Explicar os diferentes valores da “Incerteza geral de medição do sistema de monitoramento – UNC”, calculada como a incerteza combinada do equipamento de monitoramento aplicado, neste projeto e no projeto-irmão “Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN 2 Fosfertil Piaçagüera”, embora, em ambos os casos, o fornecedor da tecnologia seja o mesmo;
3. Apresentar a planilha “-Fosfertil Cubatão NAP4.Baseline Emission factor calculation.xls” mencionada na seção B.6.3, mas que não foi incorporada aos documentos entregues, para acompanhamento mais preciso dos cálculos efetuados;
4. Alterar a data de início da atividade de projeto, que tem de ser necessariamente anterior à data prevista para o início da obtenção de RCEs. Segundo orientação do Conselho Executivo do MDL a data de início da atividade de projeto deve ser a data mais antiga dentre aquelas referentes à implementação, construção ou ação real para realização do projeto;
5. Esclarecer no Anexo III se o valor a ser aplicado em projetos de melhoria ambiental em suas próprias unidades e no Programa de Qualificação Profissional é um valor fixo ou se será atualizado. Adicionalmente deve-se esclarecer se os programas descritos já são financiados por outras fontes e se esse novo aporte será adicional às fontes existentes ou apenas irá substituí-las;
6. Confirmar que a atividade de projeto não precisa de uma nova Licença de Operação.

#### Novos projetos:

- 209 – Projeto COTRIBÁ de Tratamento de Dejetos de Suínos (entrada em 07/03)

- 210 – Centrais Hidrelétricas do Rio Piabanha (entrada em 11/04)
- 211 – Pequena Central Elétrica Angelina (entrada em 18/4)
- 212 – Projeto Sustentável de Suínos 01 - Captura e combustão de metano (entrada em 24/04)
- 213 – Rialma Companhia Energética III S/A - Santa Edwiges III Pequena Central Hidrelétrica - Projeto de pequena escala (entrada em 24/04)

A Dra. Branca Americano informou que os projetos n° 209, 210 e 211 foram apresentados até o dia 18 de abril de 2008. Em princípio, seriam apresentados nesta reunião e analisados durante a 44ª reunião da CIMGC. Como foi possível ao MCT fazer seus pareceres, indagou aos demais membros da CIMGC se haveria alguma objeção em adiantar a análise dos referidos projetos.

Os membros da CIMGC concordaram em adiantar a análise dos seguintes projetos durante a 43ª reunião da CIMGC:

- 209 – Projeto COTRIBÁ de Tratamento de Dejetos de Suínos
- 210 – Centrais Hidrelétricas do Rio Piabanha

Houve também concordância que o projeto n° 211 (Pequena Central Elétrica Angelina) fosse analisado durante a 43ª reunião da CIMGC, contanto que um prazo de sete dias fosse concedido para os Ministérios membros a fim de que pudessem formalizar a submissão de seus pareceres.

Os projetos a seguir foram formalmente apresentados e deverão ser analisados durante a 44ª reunião da CIMGC:

- 212 – Projeto Sustentável de Suínos 01 - Captura e combustão de metano
- 213 – Rialma Companhia Energética III S/A - Santa Edwiges III Pequena Central Hidrelétrica - Projeto de pequena escala

A Dra. Branca Americano iniciou sua exposição acerca dos projetos.

- 209 – Projeto COTRIBÁ de Tratamento de Dejetos de Suínos

A Dra. Branca informou que se trata de um projeto de substituição do sistema de manejo de dejetos animais existente por um outro, resultando menores emissões de gases de efeito estufa, em granjas de suinocultura no Rio Grande do Sul. No entendimento do MCT, o projeto utilizou de maneira equivocada a metodologia AMS-III.D, considerando a hipótese da implantação apenas de um sistema de captura e queima de metano sendo que, na realidade, trata-se de uma mudança do manejo dos resíduos, seguido de um sistema de captura e queima de metano, além de outros problemas. Assim, propõe que o projeto fique em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto COTRIBÁ de Tratamento de Dejetos de Suínos, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
  - ✓ Rever a aplicação da metodologia AMS.III.D, para adotar o item 1 (b);
  - ✓ Rever o somatório e cálculo da média anual de reduções, a partir dos dados disponibilizados na tabela que consta no item A.4.3;
  - ✓ Rever toda a tradução do PDD, pois o DCP tem erros que comprometem o bom entendimento do texto, como, por exemplo, a versão e a data do documento, que no DCP é uma e no PDD, outra, e existência de partes não traduzidas no DCP, como o cabeçalho.
2. Reapresentação do Relatório de Validação para:
  - ✓ Incluir na lista de documentos avaliados, disponibilizada no final do Relatório de Validação em português, a última versão do DCP apresentada.
  - ✓ Incluir no Anexo 2 uma lista completa dos documentos analisados, conforme indicado no item 2.2 ou excluir o Anexo 2, que atualmente está em branco.
3. Fornecer cópia das cartas-convite enviadas para o órgão municipal ambiental e associação comunitária do município de Quinze de Novembro. Em caso de não-existência de tais atores, apresentar declaração nesse sentido.
4. Disponibilizar na página da Amazon Carbon da internet o DCP da atividade de projeto, conforme destacado nas cartas-convite.
5. Fornecer documentos que comprovem o licenciamento ambiental para as granjas contempladas na atividade de projeto, tendo em vista a data de início de operação da atividade de projeto (14/11/2007), conforme descrito abaixo:
  - ✓ Granja Bohrz: apresentar cópia da Licença de Operação válida.
  - ✓ Granja Volta Gaúcha: apresentar cópia da Licença de Operação válida.
  - ✓ Granja Várzea Grande: esclarecer, através de manifestação do órgão licenciador, o fato de terem sido apresentadas cópias de duas Licenças de Operação com o mesmo número (6144/2005-DL), mas períodos de validade diferem entre ambas.
  - ✓ Granja Quinze de Novembro: esclarecer que o processo de licenciamento ambiental apresentado se refere, de fato, a essa granja, pois as coordenadas geográficas não correspondem às que foram indicadas no DCP/PDD. Mesmo que o processo mencionado se refira à granja em questão, apresentar cópia da Licença de Operação válida.

➤ 210 – Centrais Hidrelétricas do Rio Piabanha

A Dra. Branca Americano informou que o projeto envolve a implementação de três pequenas centrais hidrelétricas. Destacou problemas no licenciamento ambiental, fator de

emissão, documento que comprove a adicionalidade do projeto, análise financeira entre outros. Assim, propõe que o projeto fique em revisão.

A Dra. Laura Porto acrescentou que foram detectados pela análise do MME incongruência quanto a área de reservatórios, data de início da atividade de projeto e licenças ambientais.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Centrais Hidrelétricas do Rio Piabanha, para o atendimento das seguintes exigências:

1. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 29 de abril de 2008, deliberou pela adoção de um único sistema para cálculo dos fatores de emissão de CO<sub>2</sub> para o Sistema Interligado Nacional – SIN a serem adotados nas atividades de projetos de MDL no Brasil. Está prevista uma reunião extraordinária da CIMGC para o dia 27 de maio de 2008, na qual deverá ser aprovada nova Resolução para oficializar tal decisão. A partir da publicação dessa Resolução no Diário Oficial da União, serão publicados na página do MCT na internet os fatores de emissão calculados para o sistema único, para os anos de 2006 e 2007 e para os meses de janeiro e fevereiro de 2008.
2. Confirmar a área de reservatório da PCH Monte Alegre, apresentada no início do DCP como de 0,046 km<sup>2</sup>, e na tabela do item A.4.3 como 0,457 km<sup>2</sup>.
3. Corrigir o cabeçalho do DCP, fazendo a tradução do texto que está em inglês.
4. Justificar a data de início da atividade de projeto. Conforme o esclarecimento do Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
5. Apresentar a ata do conselho diretor da AES Tietê S.A. de 29/01/2007, onde é comprovada a consideração inicial pela realização do projeto.
6. Apresentar a planilha da análise financeira da atividade de projeto.
7. No DCP/PDD foi citado que a única PCH recentemente construída no estado que não participa do Proinfa participa, no entanto, do MDL. Indicar corretamente o nome da atividade de projeto MDL, denominada no DCP de PCH Comendador Venâncio, que não foi, com esse nome, localizada na lista de projetos no site oficial do CDM.
8. Apresentar as declarações de conformidade das legislações ambiental e trabalhista e da declaração sobre o responsável pela comunicação com a CIMGC, assinadas pela AES Infoenergy Ltda. Estas declarações devem ser enviadas, e vir acompanhadas de documentação sobre a habilitação das assinaturas.
9. Apresentação das Licenças de Instalação válidas, tendo a empresa AES Rio PCH Ltda. como proprietária do projeto.

A Dra. Branca Americano informou que o projeto envolve uma PCH em Santa Catarina. O MCT sugere que o projeto vá para revisão em função de problemas no fator de emissão, data do início da atividade de projeto, análise de investimento, licença da ANEEL, entre outros. Assim, propõe que o projeto fique em revisão.

A Dra Laura Porto ressaltou que o parecer do MME será encaminhado no prazo de sete dias, a fim de consolidar a decisão final da CIMGC.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Pequena Central Elétrica Angelina, para o atendimento das seguintes exigências:

1. A atividade de projeto utiliza a metodologia ACM0002 assumindo o sistema S-SE-CO, em desacordo com o que até então era considerado correto pela Comissão Interministerial. A CIMGC, em sua reunião do dia 29 de abril de 2008, deliberou pela adoção de um único sistema para cálculo dos fatores de emissão de CO<sub>2</sub> para o Sistema Interligado Nacional – SIN a serem adotados nas atividades de projetos de MDL no Brasil. Está prevista uma reunião extraordinária da CIMGC para o dia 27 de maio de 2008, na qual deverá ser aprovada nova Resolução para oficializar tal decisão. A partir da publicação dessa Resolução no Diário Oficial da União, serão publicados na página do MCT na internet os fatores de emissão calculados para o sistema único, para os anos de 2006 e 2007 e para os meses de janeiro e fevereiro de 2008.
2. Apresentar a “Carta Besa CWB 162/2007”, referenciada no Relatório de Validação, para evidenciar a data de início da atividade de projeto proposta.
3. Apresentar as planilhas “Angelina\_Sensitivity Analysis.xls”, “Angelina\_CashFlow.xls”, “Angelina\_CERs\_2008 04 02.xls”, para que a análise de investimento possa ser verificada.
4. Apresentar o Perfil Corporativo da Brascan Energética S.A. para demonstrar que o *benchmark* interno da empresa é o “Retorno sobre os Ativos” (ROA), conforme afirmado no DCP. Deve ficar claro que esse padrão foi consistentemente usado no passado, ou seja, que atividades de projeto sob condições similares desenvolvidas pela mesma empresa usaram o mesmo *benchmark*, de acordo com a “ferramenta para demonstração e avaliação de adicionalidade, versão 04”.
5. Apresentar a Licença ANEEL nº 3470.

#### **4. Outros Assuntos**

- 4.1 Aprovação pelos membros da CIMGC do Ofício a ser encaminhado aos proponentes de atividades de projeto no âmbito do MDL que estejam vinculadas ao PROINFA e que ainda não tenham sido aprovadas pela CIMGC, nos termos do Parecer CONJUR/MCT n. 015/2008

A Dra. Branca Americano convida o Sr. Bruno Sabbag para apresentar suas considerações.

O Sr. Bruno Sabbag informou que a minuta de ofício apresentada para consideração da CIMGC esteve publicada no acesso restrito do sítio *internet* da Secretaria Executiva por tempo hábil. Ressaltou que o Ministério das Minas e Energias encaminhou alguns comentários que foram incorporados na redação final apresentada. Informou ainda que o texto em pauta foi apresentado e aprovado pela Consultoria Jurídica do MCT.

A Dra. Branca informou que este ofício, quanto aprovado pela CIMGC, deverá ser encaminhado a todos os proponentes de atividades de projeto no âmbito do MDL que estejam vinculadas ao PROINFA e que ainda não tenham sido aprovadas pela CIMGC (ou seja, as atividades que estejam em revisão ou as novas atividades de projeto propostas).

Os membros da CIMGC discutiram o texto proposto e concordaram com uma redação final. A Secretaria Executiva se prontificou a consolidar as opiniões apresentadas e a distribuir o texto final em seu site de acesso restrito. Ficou acertado que caso algum membro da CIMGC discorde da redação final apresentada, comentários deverão ser encaminhados em regime de urgência em dois dias úteis, contados da data de publicação.

A Secretaria Executiva se prontificou a encaminhar para a Eletrobrás a redação final do supracitado ofício, reiterando também que todos os projetos aprovados pela CIMGC encontram-se publicados no site do MCT, com livre acesso.

#### 4.2 Avaliar o interesse de convidar um representante do BNDES para apresentar o Programa de Desenvolvimento Limpo e do FBS – Fundo Brasil Sustentabilidade.

A Dra. Branca Americano lembrou aos membros da CIMGC que a Secretaria Executiva fora contatada por um dos gestores ligados ao Programa de Desenvolvimento Limpo e do FBS – Fundo Brasil Sustentabilidade, requisitando autorização para uma apresentação à CIMGC. Destacou que esta questão foi abordada durante a 42ª reunião da CIMGC, que deliberou por tratar do assunto durante a 43ª reunião.

A Dra. Branca informou que a opinião do Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, seria de que os membros da CIMGC deveriam ser consultados quanto ao seu interesse em assistir a tal apresentação. Entretanto, ressalta que, caso haja interesse, a CIMGC deveria convidar um representante do BNDES para proferir a apresentação.

O Dr. Lindemberg sugeriu que, com vistas a dar um caráter institucional ao convite, a CIMGC deveria convidar um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MIDIC para falar sobre o tema. Ressaltou sua preocupação com o foco do tema e com a pertinência com os trabalhos realizados pela CIMGC. Salientou ainda que teme que outras instituições possam vir a querer requisitar espaços semelhantes junto à CIMGC para apresentar seus trabalhos.

A Dra. Branca Americano concordou com as colocações do Dr. Lindemberg e ponderou se não seria pertinente pensar em organizar algum tipo de evento que pudesse permitir que todos os atores da sociedade que tivessem interesse de apresentar seus trabalhos à CIMGC pudessem ser ouvidos.

A Dra. Thelma Krug ponderou se este assunto não deveria ser considerado de maneira individual pelos membros da CIMGC, ou seja, cada Ministério que por ventura venha a ter interesse no assunto poderia convidar o BNDES ou o MIDIC para um diálogo. Ressaltou que, em sua opinião, esse tema foge ao escopo de trabalhos da CIMGC.

A Dra. Branca Americano sugeriu que a deliberação acerca deste tema seja novamente postergada para a próxima reunião da CIMGC, a fim de permitir que o MIDIC apresente suas considerações, caso assim o deseje.

A Dra. Branca Americano estabeleceu como possível data para a 6ª Reunião Extraordinária da CIMGC o dia de 27 de maio (terça-feira) de 2008, a depender do andamento dos trabalhos do ONS. Destacou que a agenda dessa reunião é específica para tratar de assuntos relacionados ao fator de emissão do Sistema Interligado Nacional.

A Dra. Thelma Krug anunciou que no dia 30 de abril de 2008 haverá uma apresentação no Banco Mundial de um trabalho realizado com o apoio do MMA de projeto na área de energia, agricultura, mudança no uso da terra e florestas, denominado *Low Carbon*, e ressalta que talvez seja interessante escutar a opinião dos vários segmentos de governo, uma vez que os trabalhos encontram-se em desenvolvimento.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Dra. Branca Bastos Americano agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.